

Como citar este artigo:

TRAVAGLIA, Luiz Carlos . Ensino de língua materna - Gramática e texto: alguma diferença? Letras & Letras, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 171-179, 1998. ISSN/ISBN: 01023527.

ENSINO DE LÍNGUA MATERNA - GRAMÁTICA E TEXTO: ALGUMA DIFERENÇA?¹

Luiz Carlos Travaglia²

ABSTRACT: *The aim of this article is to defend the view according to which it is not possible to separate grammar from text in the teaching of a mother tongue, as if one could exist without the other; as if the text were not the grammar of language in use. Some examples followed by some theoretical support have led to the evidence that it is a mistake to try to make a distinction between grammar and text in activities related to the teaching of a mother tongue. They have also shown that the absence of this distinction may lead to a teaching process which is more relevant to students' life. By integrating the teaching of grammar to the teaching of text production/comprehension, teachers enable students to see both of them as one only process.*

Alguns pontos e questões sobre o ensino de língua materna precisam ser postos em foco, para ter a devida atenção dos professores ao desenvolver seu trabalho. Assim é preciso estar atento, por exemplo, aos seguintes pontos e questões: a) o que se tem como meta e objetivos de ensino de língua materna; b) o que fazer em sala de aula face às variedades lingüísticas; c) a questão do ensino de gramática ser sempre feito como algo desvinculado do ensino de vocabulário e de produção/compreensão de textos; d) a própria concepção que se tem de linguagem, de gramática e de texto; e) a interrelação entre estes elementos na constituição da ação de ensino/aprendizagem em sala de aula. A necessidade de focalizar tais pontos e questões nasce da pertinência de se estar atento aos mesmos na configuração do ensino/aprendizagem de língua materna. Essa pertinência se deve ao fato de que estes pontos tratam do ensino de língua materna pondo em cheque algumas posturas e crenças dos professores de Português como língua materna e que têm sido consideradas, defendidas e conseqüentemente levado os professores a estruturar suas atividades para ensino de língua materna de uma maneira que pode ser vista como não sendo a mais desejável em termos de uma formação que se pretende dar aos alunos. Estas afirmações criam o compromisso de propor alternativas, o que se pretende fazer aqui.

¹ Este artigo é versão um pouco ampliada e modificada da comunicação de mesmo título apresentada na mesa redonda "O Ensino de Língua Materna em Questão: Aspectos Gramaticais e textuais da Fala / Escrita" realizada no "Seminários sobre Ensino de Língua Materna e Estrangeira" da Universidade Federal da Paraíba - Campus II - Campina Grande 06/05/1997.

² Professor Titular de Linguística e Língua Portuguesa do Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade Federal de Uberlândia.

Evidentemente pode ser visto como muito pretensioso fazer tanto num espaço tão pequeno quanto o deste artigo, mas parece possível fazê-lo atendendo-se a alguns pontos fundamentais que representam a base para a configuração de um tipo de trabalho com a língua materna em sala de aula que parece mais pertinente para os alunos em sua vida social e mesmo para nós professores, porque mais gratificante em seus resultados.

Em primeiro lugar, é preciso questionar a dicotomia posta quando se diz “aspectos gramaticais e textuais da fala/escrita”, pois dizer assim faz pensar que o que é textual não é gramatical e que o que é gramatical não é textual, posição com a qual não podemos concordar. Tal crença põe um problema para o que se faz em sala de aula, pois faz supor uma separação entre as atividades de ensino de gramática e de produção/compreensão³ de textos, que inexistem, mas passa a existir por força da verbalização da mesma e acaba prejudicando em muito o trabalho que se poderia fazer e que em linhas básicas pretendo levantar aqui.

Antes de mais nada é preciso acreditar que o homem se comunica através de textos. Assim, comunicar-se significa de alguma forma (lingüística ou não) produzir um efeito de sentido entre produtor(es) de um texto e o(s) receptor(es) desse mesmo texto. Esse efeito de sentido é que faz com que algo seja um texto. Se nos restringirmos aos textos lingüísticos, podemos dizer que uma seqüência lingüística só se transforma em texto quando produz um efeito de sentido entre seu produtor e seu receptor, ou seja, quando faz/tem sentido para alguém. Caso contrário o que temos é só um amontoado de elementos da língua, mas não um texto. Esta é a lição que aprendemos com a Lingüística Textual ao tratar de coerência (Cf. Travaglia e Koch 1989 e 1990).

Sabe-se também que o sentido que uma seqüência lingüística faz (e que a transforma em texto) depende de uma série de recursos, mecanismos, fatores e princípios internos e externos à língua. Todos estes elementos estão de alguma forma inscritos e regularizados na língua, constituindo a sua gramática. Por isto é que se pode afirmar que a gramática de uma língua é o conjunto de condições lingüísticas para a significação. Portanto o conjunto desses recursos, mecanismos, fatores e princípios que usamos para produzir efeitos de sentido é a gramática de uma língua.

Todos os recursos da língua ___ em todos os seus planos (fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático) e níveis (lexical, frasal, textual-discursivo) ___ em termos de unidades e estruturas (sejam elas fonológicas, morfológicas, sintáticas, textuais) funcionam como pistas e instruções de sentidos que são coadjuvados nesta função por mecanismos, fatores e

³ Às vezes esta separação é tão radical que algumas escolas, acreditando que realmente ela existe, dividem as aulas de Português em aulas de gramática, aulas de redação e aulas de leitura com professores diferentes.

princípios⁴. Dessa ação conjunta surgem os efeitos de sentido possíveis para uma dada seqüência lingüística usada como texto numa dada situação de interação.

O que se disse anteriormente autoriza afirmar que tudo o que é gramatical é textual e vice-versa, que tudo o que é textual é gramatical.

Assim, quando se estudam aspectos gramaticais de uma língua, estão sendo estudados os recursos de que a língua dispõe para que o falante/escritor constitua seus textos para produzir o(s) efeito(s) de sentido que pretende. E quando são estudados aspectos textuais da língua estamos estudando como esses recursos funcionam.

A seguir daremos, utilizando os recursos da língua que muitos chamam de artigo, um exemplo que pode evidenciar que não há uma separação sustentável entre gramática e texto.

Tratando dos chamados artigos, podemos discutir com os alunos:

- 1) a existência de um tipo de recurso na língua que alguns chamam de artigo e outros de pronome (aqui temos o problema da teoria lingüística);
- 2) que há dois tipos de artigo: o definido e o indefinido;
- 3) que tipos de instrução de sentido esse recurso, isolado pela teoria como um tipo de unidade da língua (uma classe de palavra), pode trazer para o texto.

No final de um estudo sobre o chamado artigo nosso aluno pode saber:

- 1) dizer o que é um artigo;
- 2) dizer qual a classificação dos artigos;
- 3) listar os artigos;
- 4) classificar os artigos;
- 5) identificar artigos em seqüências lingüísticas;
- 6) discutir se o artigo é uma classe de palavras à parte ou um tipo de pronome, inclusive apresentando argumentos como, por exemplo, o fato de que, na seqüência lingüística, não se pode usar essa unidade da língua junto com alguns tipos de pronomes (como os demonstrativos e os indefinidos, naturalmente por razões diferentes) (cf. exs. 1a,b), mas pode-se usá-la com outros tipos de pronomes como os possessivos (cf. ex. 1c)

⁴ Embora a distinção entre mecanismos, fatores e princípios não seja fácil nem tranqüila, de um modo geral podemos dizer que mecanismos seriam alguns fatos da língua que permitem os efeitos de sentido produzidos no texto como, por exemplo, as chamadas figuras de linguagem, a pressuposição, as implicaturas, etc; princípios seriam certas regras gerais a serem seguidas porque na comunicação afetam a forma como os falantes constituem os textos como, por exemplo, os princípios conversacionais e os de preservação das faces e fatores seriam elementos que interferem de alguma forma na constituição dos textos e no sentido que eles fazem como, por exemplo, os participantes da interlocução, imagens que têm uns dos outros e do assunto de que falam, ideologias e elementos contextuais em geral, muito estudados no plano pragmático. Mas na verdade há um funcionamento conjunto, integrado de tudo isto, de modo que o que cada elemento é e como funciona é sempre afetado pelos outros elementos.

- (1) a) * Os estes/alguns meninos estão alegres.
- b) * Uns estes/alguns meninos estão alegres.
- c) Os meus meninos estão alegres.

7) saber usar na construção e compreensão de textos os recursos da língua chamados de "artigos" com base no conhecimento das instruções de sentido com as quais estes recursos são capazes de contribuir para a produção de sentido em um texto, permitindo a comunicação numa situação de interação comunicativa. Neste caso podemos trabalhar com os alunos as seguintes questões:

a) as instruções de sentido básicas desses recursos da língua, normalmente encontradas, inclusive nas chamadas gramáticas tradicionais: os artigos definidos apresentam entidades como definidas, conhecidas dos interlocutores e os indefinidos as apresentam como indefinidas, desconhecidas. Assim só se pode usar o artigo definido para algo que já apareceu no texto ou que está disponível de alguma forma em nossa cultura⁵.

b) alguns efeitos de sentido mais freqüentes derivados desses valores básicos.

A discussão do que propusemos no item 7, levará o aluno a pensar: a) na diferença entre os textos de (2) a (8) e nos sentidos dos textos de (9) e b) em que situação de interação cada texto poderia e/ou deveria ser usado, em função do(s) efeito(s) de sentido que os diferentes usos do(s) recurso(s) possibilitam ser estabelecidos. A seguir são comentados, mesmo que sumariamente, estes efeitos de sentido.

- (2) a- O preço da entrada é X.
- b- O preço de uma entrada é X.
- c- O preço de entrada é X.

(2a) é um texto que poderia ser usado em qualquer situação em que se pretende dizer quanto custa a entrada, o ingresso para algo, por exemplo, para um show, um jogo no estádio, cinema, parque de diversões, etc., inclusive poderia responder à pergunta "Qual é o preço da entrada?", "Quanto custa a entrada?". Já (2b) só poderia ser usado, por exemplo, em uma situação em que se discute o valor da entrada para se comprar uma só ou muitas. Talvez como parte de um texto maior como "O preço de uma entrada é R\$10,00; mas, quando a gente compra mais de dez, eles fazem cada uma a R\$7,00 e mais de

⁵ Como quando dizemos: "O presidente do Brasil falará hoje na televisão em rede nacional". Usamos o artigo definido porque todos sabem que o Brasil tem um presidente e o conhecem. Não precisamos introduzi-lo pelo artigo indefinido para depois usar o definido. Seria inclusive estranho para um brasileiro, se alguém dissesse: "O Brasil tem um presidente. O presidente do Brasil falará hoje na televisão em rede nacional". Num caso como este o uso do chamado indefinido pode acontecer em um texto em que se quer qualificar o ser já conhecido, como em "O Brasil tem um presidente capaz". Todavia neste caso cabe levantar a dúvida se temos realmente o "artigo" ou um recurso homônimo, ainda não classificado pelos estudos lingüísticos. Essa dúvida pode também ser posta para casos como os dos textos de (9b,c).

cinquenta eles fazem a R\$5,00". Ou então, poderíamos ter, por exemplo, uma situação em que alguém destaca o preço de uma entrada para colocar que não há dinheiro para comprar a quantidade desejada como em "O preço de uma entrada é R\$10,00. Para irmos os dez ao parque não dá porque só temos R\$80,00". Isto vale para qualquer coisa, pois podemos ter, um balconista de qualquer estabelecimento comercial dizendo "O preço de um A (livro, maçã, meia, etc.) é R\$5,00, mas se você comprar mais de dez, fazemos a R\$4,00. Já (2c) não se refere a ingresso, mas a outro tipo de entrada: é o começo de participação em algo, como ser sócio de um clube, por exemplo:

— "Quanto paga para ser sócio do seu clube?"

— O preço de entrada é R\$1000,00, depois você paga uma mensalidade de R\$30,00."

(3) a- João levou seu sobrinho ao parque. O menino pulou no lago para nadar.

b- João levou seu sobrinho ao parque. Um menino pulou no lago para nadar.

Em (3) a diferença entre a e b, causada pelo uso de recursos diferentes (artigo definido ou indefinido) na segunda frase do texto, é de referência: em a "sobrinho" e "menino" são a mesma pessoa, mas em b "sobrinho" e "menino" são duas pessoas diferentes. Inclusive o sobrinho de João pode não ser um menino, pode ser um rapaz, um adulto.

(4) a- O grupo do Rio, composto pelos países latino-americanos.

b- O grupo do Rio, composto por países latino-americanos.

Em (4) a diferença entre a e b é consequência do uso ou não do artigo definido contraído com a preposição (pelos x por). O texto de a significa que o grupo do Rio é formado por todos os países latino-americanos, enquanto o de b significa que o grupo do Rio é formado apenas por alguns países latino-americanos. Dessa forma, se confrontarmos com a realidade, apenas um texto é verdadeiro: o texto b. Num telejornal de uma de nossas redes de televisão, um jornalista, ao dar uma notícia sobre o grupo do Rio, usou a frase de a, que é falsa, e por isso construiu inadequadamente seu texto para a situação, pois deveria usar b para passar a informação correta. Este é um valor do artigo definido: indicar quantidade, expressando totalidade. Assim, se se disser "João comeu o bolo" entender-se-á que ele comeu todo o bolo, o bolo inteiro. Para se produzir outro efeito de sentido (de não totalidade) temos que usar "João comeu do bolo" (com o partitivo) ou "João comeu um pedaço/ uma fatia do bolo". Já em "João comeu bolo" tem-se a indicação do tipo de coisa que ele comeu (substância), sem referência a quantidade. Do mesmo modo se se diz "Os alunos de minha sala foram bem no concurso" significa que todos foram bem, diferentemente de se dizer "Alguns alunos de minha sala foram bem no concurso". Daí talvez a incompatibilidade que faz com que * Os alguns alunos de minha sala foram bem no concurso" e (1a) (Os alguns meninos estão alegres) sejam inaceitáveis em Português.

- (5) a- A menina de ontem trouxe este recado para você.
b- ? Uma menina de ontem trouxe este recado para você.
c- Uma menina que veio aqui ontem trouxe este recado para você.
d- Uma menina trouxe este recado para você.

Em (5) observamos que (5a) só pode ser usada com o artigo definido por causa do identificador (de ontem) que se coloca para menina, o que marca que é uma menina conhecida dos interlocutores. É por isso que (5b) soa estranha se tivermos uma situação em que "ontem" só se conheceu uma menina. Para que (5b) seja visto como um texto bem construído, adequado é preciso que "ontem" os interlocutores tenham tido contato ou conhecido várias meninas. Neste caso (5b) é adequado e indica que uma das meninas de ontem trouxe o recado, mas não se especifica com precisão qual delas. (5c) só poderá ser usado em uma situação em que o falante teve contato anterior com a menina, o ouvinte não. Neste caso a menina é conhecida do falante, mas não foi referida anteriormente para o ouvinte, assim usa-se o artigo indefinido, para apresentá-la no texto como desconhecida ou de forma imprecisa (se considerarmos que os dois tiveram contato com várias meninas no dia anterior, mas não há como especificar qual delas). (5d) é um texto adequado para uma situação em que os dois (falante e ouvinte) não conhecem a menina que trouxe o recado.

- (6) a- A menina de Dona Maria trouxe este recado para você.
b- Uma menina de Dona Maria trouxe este recado para você.

Nos textos de (6), pressupõe-se pelo identificador (de Dona Maria) que os interlocutores sabem quem é Dona Maria, tanto que o falante a utiliza para identificar a menina que trouxe o recado. Todavia (6a), com o artigo definido, só poderá ser usado se Dona Maria tiver apenas uma menina. (6b) será usado se Dona Maria tiver várias meninas e só uma delas, que não se pôde ou não se quis precisar, trouxe o recado.

- (7) a- O doce está uma delícia.
b- Este doce está uma delícia.
c- ? Um doce está uma delícia.

Nos textos de (7) podemos mostrar outros fatos: mais especificamente a diferença entre o artigo definido e o pronome demonstrativo que não podem aparecer juntos na mesma seqüência (cf. 1a). Na verdade a diferença básica é que (7a) só pode ser usado se o doce for conhecido e já tiver sido referido anteriormente no texto, enquanto (7b) só pode ser usado se o doce estiver presente na situação de enunciação. Imaginemos a seguinte situação: algumas pessoas participaram de um almoço. No final a anfitriã serviu um determinado doce de sobremesa. Quando todos já se tinham servido, a dona da casa retirou a vasilha com o doce da mesa e o guardou. Logo depois chega uma visita e a dona da casa lhe oferece doce. O recém chegado hesita em aceitar, quando um dos convidados para o almoço diz "Se fosse você aceitava. O doce está uma delícia". Ele não poderia dizer (7b). Para usar (7b) o doce teria que ainda estar sobre a mesa. A dona da casa ofereceria e diante da hesitação do

recém chegado o outro deveria dizer "Se fosse você aceitava. Este doce está uma delícia". Nestas situações o texto de (7c) soaria estranho. (7c) poderia ser usado, por exemplo, em uma situação em que há pelo menos mais de um doce e alguém fizesse uma espécie de comparação entre os dois, por exemplo, num diálogo como o que segue:

- ___ O que você achou dos doces que fiz? Ficaram bons?
 ___ Um doce está uma delícia, mas o outro não.

- (8) a- Os alunos de minha turma foram à conferência.
 b- Vários/ Alguns/ Muitos alunos de minha turma foram à conferência.

Em (8) o que se tem é a oposição entre o valor do artigo definido de indicador de quantidade, marcando a totalidade de um dado conjunto (em 8a) (já referido quando comentamos os textos de 4) em contraposição a outros recursos (pronomes indefinidos) (8b) de valor quantificacional não totalizador.

- (9) a- Tenho de ir embora, porque o Fernando Henrique vai lá em casa hoje e não quero me atrasar.
 b- Ele é jogador, mas não é um Ronaldinho.
 c- Betânia não é uma cantora, é a cantora.

Nos textos de (9) temos alguns fatos significativos do emprego dos artigos. Normalmente o artigo não precede nomes próprios de pessoas. Quando isto ocorre temos a indicação de intimidade do falante com a pessoa nomeada. Em (9a) temos este uso. Como em (9a) o artigo está indicando intimidade com uma pessoa importante (Fernando Henrique o atual presidente do Brasil)⁶, esta sugestão de intimidade com alguém importante pode estar sendo usada pelo produtor do texto para sugerir ao(s) ouvinte(s) que ele mesmo é uma pessoa importante, talvez como recurso argumentativo a favor de alguma intenção que tem em relação ao(s) seu(s) ouvinte(s). Em (9b) temos o uso do indefinido para apresentar um determinado espécime de uma categoria (jogador) como exemplar de ideal a ser atingido dentro desta categoria. É um uso bastante comum inclusive utilizado por uma famosa marca de eletrodomésticos em sua campanha publicitária com muito sucesso (Minha geladeira/máquina de lavar/ forno de microondas não é assim uma Brastemp). Em (9c) temos a oposição entre o artigo indefinido (uma cantora) e o definido (a cantora), para indicar que alguém é o expoente máximo dentro de uma categoria (no caso Betânia seria uma cantora exponencial, de qualidade inquestionável, a própria representante da categoria, por ser muito boa). Como já foi dito na nota 3, cabe perguntar se em (9b,c) temos realmente o chamado artigo ou outro recurso da língua homônimo do artigo. Evidentemente esta questão interessa ao linguísta, mas não ao aluno

⁶ Aqui há a influência de um fator contextual: como o presidente do Brasil se chama Fernando Henrique, se alguém diz (9a) todos vão pensar no presidente e não em um vizinho, um amigo ou outra pessoa qualquer.

de ensino fundamental (1º grau) e médio (2º grau), do mesmo modo que a distinção ou identidade classificatória entre o e este a que nos referimos anteriormente. Todavia, parece óbvio que interessa ao aluno a discussão do uso significativo destes elementos na construção/constituição dos textos para a comunicação, independentemente da classificação que se lhes dê.

Os aspectos apresentados nos itens 1 a 6, no início deste artigo, constituiriam uma parte da teoria lingüística ou gramatical que se preocupa basicamente com a identificação dos tipos de unidades e recursos de que a língua dispõe, sua classificação, identificação, estruturação. Já o que foi apresentado em 7 e nos comentários dos exemplos constituiria uma parte da teoria lingüística ou gramatical que se preocupa basicamente com o funcionamento dessas unidades e recursos na constituição de textos para produção de determinados efeitos de sentido, pode-se dizer num plano mais semântico e pragmático e no nível textual-discursivo. Pode-se afirmar que a primeira parte é apenas um requisito para a segunda, ou melhor ainda, faz parte da segunda, e não precisa necessariamente ser conhecida pelos usuários de uma língua para que sejam usuários competentes dessa língua. Desta forma, acreditamos que, se deixarmos de dividir essas duas partes em gramatical e textual, como se fossem coisas distintas e estivermos convencidos de que texto é apenas um resultado da aplicação da gramática da língua em seus múltiplos planos e níveis, que texto é a gramática da língua em funcionamento, para comunicar por meio da produção de efeitos de sentido, deixaremos de ter no ensino de língua materna a atitude, pode-se dizer, perniciosa, de achar que gramática e texto são coisas distintas e que têm de ser tratadas separadamente por terem pouca ou nenhuma relação entre si. Tal atitude tem prejudicado o trabalho em sala de aula e criado a síndrome⁷ da incompetência que leva tantos falantes de Português a dizerem "não sei Português".

Atuando de acordo com a perspectiva proposta (que não divide a língua em aspectos gramaticais e textuais, como se fossem duas coisas distintas uma ao lado da outra e sem muita relação) é de esperar que não se tenha mais problemas que colocam o ensino de língua materna em cheque. Isto ocorre, normalmente, porque o que se tem é um ensino que parece não ter nenhuma razão ligada à vida das pessoas, uma vez que é um ensino que se estrutura apenas na perspectiva formal da identificação e classificação de unidades e estruturas da língua, esquecendo quase por completo a outra parte da gramática, que é a do funcionamento da língua em textos que produzem efeito(s) de sentido, permitindo a comunicação em situações concretas de interação comunicativa. Adotando a postura de que gramática é tudo o que afeta a produção de sentidos por meio de textos da língua, com certeza teremos um ensino mais pertinente, porque será um ensino que prepara o aluno para a vida e para a conquista de uma melhor qualidade de vida, já que, sendo um usuário competente da língua,

⁷ Aqui no sentido de uma doença cuja causa não é bem conhecida ou distinguida.

que sabe usar de maneira adequada o maior número possível de recursos dessa língua, terá maior mobilidade dentro da sociedade e cultura a que esta língua está vinculada, recebendo delas sua forma e ao mesmo tempo dando forma a esta sociedade e cultura.

Uberlândia, agosto de 1997

BIBLIOGRAFIA

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça e TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1989). *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça e TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1990). *A coerência textual*. São Paulo: Contexto.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1996). *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez.